

# Começa a devassa nas entidades

BRASÍLIA — Fiscais do TCU e da Receita Federal começam hoje, por Minas Gerais, a investigar as entidades suspeitas de aplicar irregularmente verbas das subvenções sociais. A pedido da CPI do Orçamento, o trabalho começará com uma devassa nas contas de três entidades fantasmas do deputado José Geraldo (PMDB-MG) e uma investigação das verbas liberadas ao município de Taiobeiras, seu reduto eleitoral. Semana que vem os dois órgãos iniciam, simultaneamente, a fiscalização das entidades de ensino, culturais e sociais beneficiadas nos demais estados.

A meta inicial da subcomissão de subvenções da CPI é reunir subsídios para a inquirição de José Geraldo, que tem depoimento marcado para terça-feira. O TCU e a Receita vão verificar se as entidades realmente existem, se aplicaram os recursos das subvenções e se houve favorecimento ao deputado ou a seus amigos. Segundo denúncia à CPI, oito testas-de-ferro de José Geraldo respondem pelas entidades. Essas pessoas foram ou são

sócios do deputado em suas empresas em Minas. A Associação Cultural Porto Velho, de Ponte Nova, recebeu US\$ 91 mil em julho de 1992; a Associação Cultural Caldas da Rainha US\$ 95 mil e a Associação Cultural Pampulha mais US\$ 78 mil, tudo em 1992. As três funcionam no mesmo endereço das empresas de José Geraldo. Para Taiobeiras foram enviados US\$ 21 mil.

Na próxima semana, uma comissão de parlamentares da CPI estará no Rio investigando as entidades fluminenses. A apuração envolverá a destinação e aplicação de todas as verbas liberadas entre 1989 e 1993. O alvo principal da fiscalização são as entidades de ensino do deputado Fábio Raunheitti e do ex-deputado Feres Nader (ambos PTB-RJ). Segundo o coordenador da subcomissão de subvenções, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), além de fazer o levantamento contábil e fiscal, os fiscais vão até as agências bancárias nas quais as entidades têm conta para verificar toda a movimentação e checar se houve desvio de verbas.